

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisostomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

DECRETOS LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO N. 214-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.537-72, de 15 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Waldemar Roda, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 215-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.896-72, de 3 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — Dispensar Noir Pacheco das funções de Auxiliar de Plenário, ficando designado para exercer as funções de Auxiliar de Portaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

II — Designar Jair Dalagassa para exercer as funções de Auxiliar de Plenário, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 216-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.619-72, de 20 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Joaquim Antônio Rodrigues, ocupante do cargo de nível "PL-21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 18 de março de 1972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Artigo 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 217-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.523-72, de 15 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Adalberto Savoia Asséf, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 5 de maio de 1.967 e 5 de julho de 1.971, antecipado em razão da contagem em dobro das férias relativas aos anos de 1.969 e 1.970, e da incorporação referente ao primeiro quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 218-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.592-72, de 17 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Delta de Almeida Cardoso, ocupante do cargo de nível "PL-25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 21 de dezembro de 1971, data em que completou vinte e cinco (25) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 21 de dezembro de 1971,

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 219-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.919-72, de 3 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Silvio Rodolfo Liegel, ocupante do cargo de nível "PL-30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de Quatro (4) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1.969 e 1.970, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mencionada Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (6) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 20 de julho de 1.964 e 20 de setembro de 1.967, antecipado em razão da contagem em dobro das férias de 1.962, 1.963, 1.964, 1.965 e 1.966 e da incorporação do tempo de um (1) ano referente ao primeiro decênio; e,

III — conceder, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 20 de agosto de 1.971, data em que completo vinte (20) anos de serviço público, antecipada em razão da contagem em dobro da férias relativas aos anos de 1969 e 1970 e da incorporação a que se refere o inciso anterior, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 220-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.788-72, de 27 de março de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Antonio Alves Carneiro, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 30 de novembro de 1971, data em que completou vinte e cinco (25) anos de Serviço Público,

computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 221-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.679-72, de 21 de março de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Joana Maciel Farias, ocupante do cargo de nível "PL-16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (2) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 222-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.976-72, de 4 de abril de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o funcionário Nevercindo Ribeiro de Lima, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1.972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
- a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário
- a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 26.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 27 de Abril de 1972 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Emílio Carazzai e Álvaro Dias.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Comargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Losso, João Mansur e Lázaro Dumont (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela ordem). Sr. Presidente solicito chamada nominal para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 32 Srs. Deputados. Há quorum para funcionamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

Discussão Única — da Proposição n.º 95-71, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 7-71, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, que doa Q Prefeitura Municipal de Enéas Marques o equipamento elétrico que especifica, de propriedade do Dep. de Águas e Energia Elétrica. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em Condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 2, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 96-71.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 27.ª Sessão Ordinária

Realizada em 27 de Abril de 1972 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando

do Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Comargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Losso, João Mansur e Lázaro Dumont (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para a Mensagem n. 14-72.

— De autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão do Projeto de Lei n. 2-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a retirada do Projeto de Lei n. 231-71, de sua autoria, que transfere a 19.ª Inspeção Regional de Ensino, de Cambé para Rolândia.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva

Requerimento

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 194, Parágrafo 3.º do Regimento Interno, este Deputado solicita justificação para as faltas que teve quando necessitou permanecer por mais dias em Brasília de vez que estas faltas não atingiram o número de 7 (sete).

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(a) Arthur de Souza

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação ao degnissimo titular da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, para atendimento de reivindicações de professores nos Municípios de Pirênia, Inácio Martins e Guarapuava.

Nos dois primeiros Municípios os estabelecimentos de ensino, primário e primeiro ciclo ginásial, carecem, inclusive, de zeladoras para a limpeza das unidades escolares, acarretando esta incumbência aos próprios professores em horários extras.

Temendo represálias por parte dos responsáveis pelas inspetorias de ensino, o professor não apresenta suas reivindicações e os relatórios que chegam ao conhecimento desta Secretaria são de situação de perfeita normalidade.

Acomodações deficientes e a falta de atendimento às pretensões formuladas de longa data vem desestimulando a nobre classe.

Certos do alto interesse governamental com relação ao setor do ensino no Paraná, formulamos, mais uma vez, que a Secretaria de Educação e Cultura tome conhecimento "in loco" da situação dos professores e dos estabelecimentos de ensino, solucionando as deficiências existentes.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(a) Nivaldo Krüger

Requerimento

Senhor Presidente:

Requero que a Mesa, com a devida aprovação do Plenário, consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao ilustre Secretário da Agricultura Dr. Roulien Basaglia e ao dinâmico Diretor do Ensino Agrícola, Dr. Ivo Mathias, pela maneira eficiente com que têm orientado o setor educacional daquela Pasta.

Dentro da moderna conceituação do ensino profissional, ligado às atividades agropastoris, o referido Departamento ministra eficientemente Cursos de Técnico Agrícola, de Técnico Florestal e de Economia Doméstica além de estágio de pós graduação em convênio com o INCRA e SENAFOR para atualização de conhecimentos para Veterinários, Agrônomos e Engenheiros-Florestais.

Centenas de jovens têm se diplomado e consequentemente aprimorado seus conhecimentos no Departamento do Ensino da Secretaria de Agricultura, que dentro dos princípios de orientação vocacional tem oferecido mão de obra especializada inclusive para fora dos limites do nosso Estado.

Cremos que este voto de louvor se justifica para homens públicos que tão brilhantemente tem se desincumbido de setor tão importante no ensino profissional de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(a) David Federmann.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações à Rádio Iguaçu, pela inauguração de suas transmissões.

Pertencente ao Grupo Econômico do qual pertencem a "TV-Iguaçu", "TV-Tibagi", "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", a nova emissora paranaense apresenta uma seleta programação com muita música e notícias em cima da hora, através de um som conseguido com modernos aparelhos recentemente adquiridos.

Por ser mais um veículo de comunicação a serviço da coletividade paranaense, é que nos sentimos felizes em poder registrar em nossos trabalhos, esse memorável evento.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) Antonio Belinati

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental, que o Projeto de Lei n. 280-71, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Gottardo Bottarelli, seja dispensado da publicação da Redação Final.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1972.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando que é grande o acúmulo de Projetos nas Comissões Técnicas, à espera dos respectivos pareceres;

Considerando, também, que só recentemente foram instaladas e entram em funcionamento os órgãos técnicos da Casa;

Considerando, por fim, que já escasseia a matéria em condições de ser apreciada pelo Plenário, requeiro, ainda, ouvida a Casa, que não se realize no dia de amanhã a habitual sessão matinal, destinando-se toda a jornada aos trabalhos das Comissões.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Projeto de Lei n. 40-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Educacional de União da Vitória, com sede e foro na mesma cidade, que se regerá por estatuto aprovado por decreto do Governador.

Art. 2.º — A Fundação terá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

a) — Pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem destinados;

b) — pelos saldos dos exercícios financeiros;

c) — pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhe forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras ou por pessoas físicas; e

d) — pelos juros bancários ou receitas eventuais.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

a) — rendimentos de seu patrimônio, os quais serão completados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado sob a forma de dotações globais e específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação do exercício imediatamente anterior;

b) — auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estado e Municípios;

c) — taxas, emolumentos escolares, contribuições e anuidades;

d) — rendas patrimoniais;

e) — rendimentos de serviços prestados;

f) — auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público interno e de direito privado, nacionais ou estrangeiras ou de pessoas físicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores, composto de seis (6) membros efetivos e três (3) suplentes, nomeados pelo Governador do Estado com mandato de seis (6) anos, renovável, pelo terço de dois (2) em dois (2) anos.

Art. 6.º — O Diretor e Secretário da Faculdade serão nomeados pelo Governador do Estado, aquele dentre professores em exercício, eleito em lista tripartite pela congregação, aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos com mandato de dois (2) anos, permitida a recondução.

Art. 7.º — A Fundação não terá fins lucrativos, tem como finalidade criar, instalar e manter na cidade de União da Vitória, uma Faculdade de Agronomia.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação, bem como da Faculdade serão estabelecidos nos respectivos Estatutos e Regimentos.

Art. 9.º — A Fundação terá como órgão de fiscalização contábil e financeira um Conselho Fiscal composto de três (3) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de quatro (4) anos.

Art. 10 — A Fundação não distribuirá lucros a nenhum título e os seus rendimentos serão integralmente aplicados na sua manutenção e na da Faculdade, bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.

Art. 11 — Compete ao Conselho de Curadores fixar as taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.

Parágrafo único. A Fundação, poderá conceder bolsas de estudos, mediante concurso de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre o posterior reembolso.

Art. 12 — O pessoal da Fundação, bem como o da Faculdade, será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao Estatuto definir a competência para admissão e criação de empregos.

Art. 13 — Na organização do regime didático da Faculdade, inclusive no currículo de seus cursos, a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 14 — O Conselho de Curadores elegerá, dentre os seus membros efetivos, o seu Presidente e Vice-Presidente, com mandato de dois (2) anos permitida reeleição por mais um período consecutivo, e elaborará o Estatuto da Fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.

Art. 15 — Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu Presidente e Vice-Presidente não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.

Art. 16 — A Fundação terá duração por prazo indeterminado, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972

(a) Domício Scaramella

JUSTIFICATIVA:

É a Faculdade de Agronomia uma das mais antigas aspirações da região centralizada por União da Vitória.

Região cuja economia se baseia essencialmente nas atividades agro-pastoris, necessita formar técnicos especializados na referida área profissional.

União da Vitória oferece todas as condições culturais e sociais para que ali se instale vitoriosamente mais uma unidade universitária.

A iniciativa se ajusta perfeitamente com as diretrizes do Governo Federal, no sentido de expandir o sistema de ensino universitário, de preferência na direção do interior do país.

Não é outra a tônica dos pronunciamentos do ilustre Ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho.

Nosso Estado necessita de agrônomos para diversificar a produção agrícola, pelo incentivo de novas culturas e da criação de outras raças animais, e também para aumentar a produtividade das unidades instaladas, através de modernas técnicas no cultivo, colheita e conservação de produtos.

Tendo em vista esses imperativos de nossa economia e as exigências legítimas de toda uma imensa população, especialmente a juventude da região, é que formulamos o presente projeto, na certeza de apoio geral desta Casa.

Projeto de Lei n. 41-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Prof. Távorá" o estabelecimento de ensino do segundo grau, sediado na Capital do Estado.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(a) Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

Edgar Távorá, ex-deputado Estadual, ex-membro da C.G.I. no Paraná, ex-Procurador Geral do Estado, começou suas lides como professor e no magistério lecionou os graus de ensino, desde o primário, o ginasial, científico, técnico, culminando na Universidade Federal do Paraná onde brilhantemente se destacou, na Faculdade de Direito. Vida correta, tanto nas atividades públicas como privadas, constituiu-se modelo autêntico, onde poderão se mirar a infância e a juventude. Justo que se dê o seu nome a um estabelecimento de ensino da Capital.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tomamos conhecimento, na data de hoje, que o Plano Rodoviário do Governo do Paraná encontra-se pronto, dependendo, apenas de aprovação amanhã, pelo Conselho Rodoviário. Esse Plano inclusive, segundo informações obtidas, já recebeu aprovação do Conselho Administrativo do DER.

Esta notícia, que me chegou de fontes extra-oficiais, por si só seria alvitreira porque demonstra ao povo do Paraná que o Governo do Estado está para iniciar o seu programa neste setor.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta Tribuna para fazer um apelo ao Poder Executivo no sentido de que, nesse Plano, inclua uma rodovia na minha região, no Sudoeste do Estado do Paraná, a rodovia que liga Pato Branco, Vitorino, Renascença, Marmeleiro até Barracão. Esta obra já foi iniciada no Governo do sr. Paulo Pimentel, a terraplanagem foi terminada e a firma que ganhou a concorrência, Raimundo Ramos Ferreira, está com todo o seu maquinário nos canteiros da obra, aguardando apenas e tão somente a ordem de serviço para implantação asfáltica nesse trecho a que me referi.

Segundo informações que recebi, ainda neste Plano Rodoviário já aprovado pelo Conselho Administrativo, e dependendo apenas da aprovação do Conselho Rodoviário, este trecho de obra não consta do mesmo plano.

Eu venho portanto a esta Tribuna como representante do Sudoeste do Paraná, protestar violentamente pela não inclusão deste trecho no Plano Rodoviário, e venho fazer um apelo aos meus companheiros de Assembléia, representantes do Sudoeste do Paraná, ao Deputado Sebastião Rodrigues, ao Deputado Ivo Thomazoni, ao Deputado Arizone Araújo, para que amanhã, antes da reunião do Conselho Rodoviário, todos nós, independentemente de Partido ou de facção política, cheguemos ao DER para expor aquelas autoridades — como eu já expus duas vezes neste Governo — pedindo em nome da região, em nome dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, para que não deixem o Sudoeste sem uma estrada, porque no Plano Rodoviário, segundo me consta, não está incluído o asfaltamento de nenhuma estrada na minha região, e são inúmeras as estradas de que precisa o Sudoeste do Paraná, como de resto todo o Estado, de uma atenção melhor do Governo. Não creio que haja problemas de falta de recursos, porque tive contato com a firma empreiteira e esta firma se dispõe a conseguir, como de fato já conseguiu, o próprio financiamento sem que o DER participe, para a construção desta estrada.

Venho portanto apelar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aos Deputados, representantes do Sudoeste, para que nos unamos e vamos, todos juntos, participar da elaboração deste Plano, porque não é justo que esta Assembléia fique apenas recebendo os planos, que os seus representantes não sejam ouvidos e, quando reivindicam, não sejam atendidos. Está na hora desta Assembléia lutar pelo menos para ser ouvida, pelo menos para participar da elaboração dos planos. Respeitamos os técnicos, respeitamos aquilo que eles estudam e que colocam com letras bonitas nos papéis, mas, está na hora dos técnicos ouvirem a classe política, porque nós representamos o povo, as aspirações populares, e devemos ter a consideração dos homens do Governo. Não sítuo e nem ataco Governador, Secretários, ou Diretor do DER, mas reivindico como uma obrigação minha, como obrigação de representante da região, quando vê que no Plano Rodoviário não está incluída em sua região, nenhuma obra de fundamental importância para o desenvolvimento do Sudoeste e para o crescimento do Paraná. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra do segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Hoje eu quero aproveitar a oportunidade destes cinco minutos, apenas para um alertamento. Pretendo voltar dentro em breve a falar sobre o mesmo assunto e com dados positivos, para um alertamento geral.

Louvo o esforço do Sr. Presidente da República para baixar o custo de vida, isentando de impostos os produtos de maior necessidade; no entanto, este reforço, este sacrifício do Sr. Presidente da República pode ser, muito bem, desfeito por certos funcionários que não têm a capacidade necessária nem tampouco a sensibilidade popular, a sensibilidade dos anseios huma-

nos, a sensibilidade de conhecer as fraquezas daqueles que já são fracos. Quero me referir à Sunab, principalmente aqui no Paraná. Refiro-me ao Paraná, onde deixam problemas grandiosos na própria Capital, haja visto por exemplo os barbeiros, cobram os seus serviços de dois, três, quatro, cinco, seis e sete cruzeiros. Cada um cobra a sua vontade, mas no entanto Fiscais da Sunab percorrem o interior do Paraná, multando a torto e a direito pequenas firmas, mercearias que terão que fechar as portas. Por exemplo, uma pequena mercearia no município de Iriti, somente porque num dia de feriado municipal, não era estadual, estava fazendo limpeza e não estando afixada a tabela de bebidas, foi autuada em 570 cruzeiros, e uma outra mercearia e um pequeno bar pelo mesmo motivo, por não terem apenas a tabela com os preços foram autuadas, multadas em quase um mil cruzeiros. É o cúmulo, é um absurdo, porque estar firmas já pequenas, já fracas, não têm condições de arcar com tamanha responsabilidade. Proximamente aqui estarei para fazer um exame mais completo a respeito da fiscalização da Sunab no Estado do Paraná. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Nivaldo Krüger, terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é com muito ânimo que o Deputado vem a esta Tribuna, porque o Deputado já não acredita mais que o povo que ele representa, que os anseios do povo, os brados do povo sejam ouvidos por Governos insensíveis. Governos que não foram eleitos pelo povo, não podem entender o povo. Vejo desfilar por esta Tribuna Deputados da situação que, no meu entender não numa atitude de incoerência porque são homens de responsabilidade, que estão vivendo o drama da situação atual, vêm aqui mais para dar, o que é justo, uma satisfação ao seu povo, mas sem nenhuma consequência. Vêm sem nenhum ânimo. Digo isto a Casa hoje, depois de um ano e meio de Assembleia, porque os nossos brados não são ouvidos, não são nossos brados, são do povo, o povo não é ouvido; esta é a dura realidade, o povo geme, sofre e se conforma. Já a situação da nossa gente é quase insustentável. O poder aquisitivo cai violentamente, a gasolina subiu duas vezes este ano e os jornais da Nação estampam que o custo de vida está baixando. Mentiras daqueles que querem empatelecer uma Nação e incutir na mentalidade de uma Nação aquilo que o próprio bolso do povo desmente dia a dia.

Porisso, há alguns meses atrás, fizemos um levantamento sobre a situação do leite em nosso Estado, e denunciávamos, como hoje denuncia o nobre Deputado Antônio Lopes Jr., daqui da Tribuna, as consequências de um órgão do Governo, e ele é um Deputado da situação. E nós, entendendo a situação das cooperativas produtoras de leite, pedimos pela imprensa e desta Tribuna e não somos ouvidos. O Paraná vai ficar sem leite, a criança paranaense vai ficar sem leite; que importa para o Governo que morram as crianças, que importa para o Governo insensível, que o leiteiro não possa produzir nada mais. Eles detêm o poder à custa da força, esta que é a verdade.

Hoje, "O Diário do Paraná" estampa em sua primeira página "Falta leite". E lançam mãos da fórmula para suprir artificialmente a falta do produto, mas não dão ao produtor aquilo que produz, não dão a causa; querem dar paliativos para curar os efeitos, e a causa é esta. O produtor está desesperado porque o Governo não permitiu a elevação do preço do produto, para apresentar-se demagogicamente perante as populações, fazendo as massas concentradas dos centros urbanos. Iremos importar leite, porque o produto não tem condições econômicas para continuar produzindo este essencial à economia paranaense.

Um litro de leite custa hoje 72 centavos. E esta família do leiteiro, que precisava de cem litros para produzir, hoje, precisa produzir quatro vezes mais, 400 litros a mais, com um investimento cada vez maior; portanto, ele está saindo das atividades. E nós advertimos sobre isso há sete meses atrás, e temos feito paulatinamente, constantemente, advertências, como aquele profeta que falava às pedras do deserto. E nós hoje, ao virmos à Tribuna, nada mais fazemos do que fazia o profeta dos tempos antigos. Subia ao morro e falava e falava às pedras mudas e insensíveis. Mas as pedras tinham uma vantagem; não falavam; não procuravam incutir inverdades no espírito do povo. Outro exemplo: quem não viu na televisão uma propaganda de um funcionário público sorridente, feliz, abraçando sua esposa como se tudo estivesse maravilhoso; que grande mentira! Com que cinismo se mente ao povo hoje neste País, meu Deus! Com que cinismo se faz isto, quando sabemos que a bolsa do funcionário público vem financiando obras suntuosas do Governo, viagens, banquetes palacianos, tudo, porque a correção monetária se faz pela arrecadação do tributo atualizado no dia a dia e a atualização da renda do funcionário público não se faz, ou melhor, se faz desta forma, dando-se 12% quando a elevação do custo de vida nesses primeiros quatro meses, foi superior a 12%. Só a gasolina subiu 15% este ano, mas a gasolina ou o truste da gasolina pertence a quem? Quem manda no mercado da gasolina é o estrangeiro, que dita normas em todos os países do mundo. E ele não pode perder dinheiro; mas o humilde funcionário do nosso povo pode perder, pode ir à miséria, pode não ter com que levar seu filho ao hospital, pode ter um IPE como nós temos, desmoralizado, sem condições de dar atendimento a uma classe que desconta para este Instituto no interior do Estado. Ele morre, penhora o que tem de mais valor numa família, uma jóia herdada às vezes, não ver a esposa padecer à mingua.

Eis verdades que precisam ser ditas, contra as quais ninguém tem o que dizer, porque são verdades incontestáveis. E ao virmos à Tribuna relatar estas coisas, não viemos para cá estimulados, não; viemos sentindo aquela mesma amargura que há de sentir o homem da rua, ao ver que os seus reclamos também não são ouvidos. Aqui nós estamos solidários com eles, porque somos como eles: também não somos ouvidos. Mas viemos aqui cumprir pelo menos com a nossa obrigação, enquanto somos representante do povo. E assim se festeja tudo neste país, até com grande pompa; viaja-se por este país afora, às expensas do povo, com os ossos de um Imperador. E assim por aí afora; na minha cidade, há 26 anos atrás, Manoel Ribas construiu um Ginásio para a cidade de 8 mil habitantes; a cidade hoje tem 40 mil. E, o local que se abrigava os alunos para a Educação Física, foi hoje transbordado em sala de aula, e estão empilhados alunos e professores; e zeladoras sem receber vencimentos; uma verdadeira balbúrdia sem fim. Esta é a figura do nosso Estado, dos homens que dirigem a política do nosso Estado.

Fica aqui o nosso protesto, em nome do povo que representamos. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Grande Expediente, sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assomo à Tribuna desta Casa para uma definição, com relação ao Legis-

lativo e à função que me compete dentro da estrutura do Poder Político Nacional.

Antes de fazer uma definição e um pressuposto que eu pretendo manter enquanto tiver a honra de deter um mandato popular.

Em primeiro lugar, para dizer que acredito que a política é a única atividade capaz de assegurar soluções de compromisso sem maniqueísmo aos conflitos que se criam nas sociedades modernas, marcadas por infinita divisão de interesses.

E em segundo lugar, para dizer que acredito sinceramente que não há democracia sem representação e não pode haver representação sem Poder Legislativo.

Isto posto, pretendo dar algumas coordenadas, do que eu entendo que seja revitalização deste Poder. Também como o Deputado que me antecedeu, devo dizer que carrego comigo uma pequena frustração, como acredito que aconteça à maioria dos Membros desta Casa, por não poder fazer valer o mandato que nos foi conferido pelo próprio povo. Entendo que o Poder Legislativo é a grande vítima das crises: o alvo desarmado dos que acreditam estar, na sua vontade, o dirigir e orientar impositivamente o processo político. Mas entendo também que a fase institucional que vivemos é uma fase caracterizada de transição. Acredito também que o compromisso democrático do movimento de março de 64 é irreversível; acredito que as restrições impostas pela fase institucional vigente não devem limitar nossa tarefa, cujo objetivo é exatamente o de incompatibilizar as restrições vigentes com o imperativo de modelar um novo ser nacional.

Reconheço que uma das tendências da época moderna é o papel homogêneo que vem se conferindo ao Executivo.

Na busca de novos caminhos, o Poder Legislativo não pode pretender passar de uma posição de crítica, de fiscalização e participação, atividades legítimas, até porque constitucionais, para uma atitude de contestação; e em o Poder Executivo haverá de transformar em desconfiança e repressão, aquilo que constitui sua função básica de orientação e coordenação do Legislativo.

As crises institucionais se originam e se agravam pelo desajustamento entre os Poderes do Estado, razão pela qual, a revitalização do Legislativo é uma tarefa comum aos dois Poderes e de interesse fundamental para ambos.

Tenho percebido, em conversas com os senhores Deputados, que há um anseio generalizado de se revitalizar esta Casa. Proponho, portanto alguns lances estratégicos que se me afiguram legítimos no sentido de concretizar esta aspiração.

"Assim é que, em primeiro lugar, acho necessária a adequação do Legislativo às finalidades que lhe são indicadas na Constituição.

Em segundo, a integração dos Poderes Executivo e Legislativo, em busca de uma interação estável e profícua para ambos os Poderes, ajustando-se mecanismos de participação recíproca, previstos, aliás, na própria Constituição".

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. trata, nesta Tribuna, de um assunto da mais relevante importância, ou seja, a propalada crise institucional em que se debate nosso País. Inicialmente V. Exa. situa maravilhosamente o problema, ao afirmar que não pode haver democracia sem representação, ou, que não deve e não pode haver democracia sem Poder Legislativo. De fato, se voltarmos nossos olhos para a História e pretendermos contar a evolução do Poder Legislativo através dos tempos, verificaremos que a História dos Parlamentares é, em última análise, a biografia da própria liberdade. Fala V. Exa., e concordo, que os termos em que está posto o problema da atualidade institucional, não só no Brasil, mas universalmente, está a exigir uma hegemonia do Executivo. Concordo perfeitamente com V. Exa. Entendo, entretanto, que, sem relegar a um segundo plano o Executivo, deixando a ele mesmo as medidas de movimentação de toda a máquina administrativa, devem ser conferidas ao Legislativo, prerrogativas como a de fiscalização do Poder Executivo, sendo de se atribuir ao Legislativo aquelas condições mínimas para que possa desempenhar suas funções. V. Exa. se propõe a fornecer elementos de sua maneira de pensar, de estudos do problema, no que tange à revitalização do Legislativo, que é um tema deveras fascinante. Mas V. Exa. há de encontrar este tema debatido na imprensa e S. Exa. o Presidente da República tem se manifestado dizendo que o problema de recuperação do prestígio do Legislativo depende muito menos de S. Exa. do que de nós mesmos. Entretanto, marco fundamentalmente a minha discordância da orientação daqueles que detem o Poder em nosso País neste momento, no que diz respeito ao caminho que o Legislativo deve percorrer para recuperar um pouco as atribuições que lhe foram retiradas. Parece que o Governo pretende que o caminho que conduz à recuperação do prestígio do Legislativo é o caminho da subserviência. E aí que discordo do Governo. Jamais vi liberdade conquistada, jamais vi direito respeitado por concessão graciosa. Entendo que a maneira de obtermos a revitalização do Legislativo é fazendo com que de fato marque sua presença no cenário nacional, com atitudes de afirmação, com atitudes de coragem porque o que vemos, hoje, lamentavelmente, são apenas moções, sucessivas moções de aplauso. Isto encontramos, parece que é lugar comum, em todas as Assembleias Legislativas. Raramente se ergue uma voz com o propósito honesto de analisar um problema de tão grande importância como o que V. Exa. traz à Tribuna, para analisá-lo dentro das coordenadas gerais.

Acredito que só assim o Legislativo recuperará seu prestígio, afirmando-se, fazendo com que o povo entenda as razões pelas quais deve existir um Legislativo forte. E não é com subserviência que nós vamos conseguir isso.

Receba, V. Exa., nesta sua primeira presença na Tribuna desta Assembleia, as saudações da Bancada do MDB e os cumprimentos por V. Exa. ter escolhido um tema de tão grande importância para nosso Poder, nesta sua primeira fala nesta Casa.

Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte que me concedeu.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES. — Agradeço muito o aparte de V. Exa., que só veio abrandar esta pálida demonstração parlamentar que estou fazendo. Gostaria de prosseguir, e no contexto do que se segue, irei fazer considerações em torno das observações de V. Exa.

O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) É reconfortante para nós que pertencemos à bancada da Oposição, nesta Casa, presenciar isto que raramente acontece: um Deputado pertencente à agremiação situacionista colocar, e muito bem, o problema político nacional do amesquinha do Poder Legislativo o qual numa sequência ininterrupta, está cada dia mais amesquinha.

Na verdade, temos uma responsabilidade enorme, a de valorizar o Poder Legislativo, porque nos sentimos envergonhados, porque nos sentimos frustrados, desestimulados. Hoje, não passamos de atores de terceira categoria, encenando o espetáculo patrocinado pelo sistema vigente.

Aqui estamos num engodo, numa mentira. E isso é revoltante.

Quero apenas, com estas palavras iniciais, demonstrar a V. Exa., que hoje debuta nessa Tribuna, a satisfação de tê-lo conosco nesta tarefa difícil de valorizar o Poder Legislativo.

Esteja certo, Sr. Deputado, que acompanharemos, até o final, a sua narrativa, a exposição que faz, com suas idéias sobre o que poderemos fazer para valorizar este Poder.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES. — Agradeço muito o aparte de V. Exa. Eu estava dizendo que é necessário valorizar o Poder Legislativo. Mas, acredito também que é necessário racionalizar a nossa ação no sentido de se conferir uma concretude aos objetivos que nos propomos. E para isso, creio que é fundamental instrumentarmos os poderes de que dispomos, como afirmação de que essa institucionalização está viva, em política como em tudo mais, e que a única forma de vida é a ação.

A tarefa do Poder Legislativo é basicamente política, isto é, tem por escopo o livre debate, para obter, diante de cada problema considerado, uma diretriz que leve em conta os diferentes interesses em conflito diante das opções e alternativas possíveis, procurando sintonizá-las com as expectativas mais gerais e profundas da comunidade. A sua especialidade funcional reside, exatamente, na procura do compromisso, na criação de uma atmosfera em que os contrários possam se fazer ouvir, exprimir e influir.

O exercício desse controle político é condição da própria liberdade, pois o Poder Legislativo é o conduto natural e câmara de ressonância dos anseios coletivos, multiforme com a representação popular, diversificando nas suas reações como o são os grupos de interesses que se organizam na própria sociedade política.

Na modelação de uma nova forma de agir e participar, o Poder Legislativo — cuja atuação na área específica da legislação sofreu forte restrição — deve procurar harmonizar as suas antigas funções com os novos encargos cometidos, a fim de que não venha a cair no exagero de erigir suas funções políticas, substituindo-as por um tecnicismo teórico, que deve ser manipulado apenas como instrumento para o melhor exercício de suas atribuições políticas.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para exemplificar, o descaso como que o Executivo vem tratando o Legislativo de nosso País. V. Exa. tem conhecimento das limitações que a Constituição Federal trouxe ao problema dos Pedidos de Informações ao Executivo. Nas Constituições anteriores, a faculdade de solicitar informações ao Executivo era ampla e não sofria limitações. Estão, durante um ano, na Câmara de Deputados fervilhavam milhares de Pedidos de Informações. Entretanto, a Constituição atual, com a emenda ora incorporada, limitou esses Pedidos de Informações apenas à matéria em tramitação, seja nas Assembleias, seja na Câmara dos Deputados. Essa limitação determinou que no ano passado, na Câmara Federal, fossem encaminhados apenas 26 Pedidos de Informações, tendo a imprensa publicado suas estatísticas; e dos 26 Pedidos de Informações, o Executivo não respondeu um sequer. Isto V. Exa. pode encontrar mesmo nesta Casa. Quando V. Exa. trata de um problema que insiste em classificar do mais alto significado para a vida democrática do País, o plenário está vazio.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte de V. Exa. e a propósito devo dizer que me vem à lembrança uma frase do escritor, pai do existencialismo, Jean Paul Sartre, que dizia o seguinte: Nós estamos condenados a ser livres e nós somos o que fazemos.

Mas, dando continuidade a essa pronunciação, devo dizer que a oportunidade do debate sobre o Poder Legislativo, parece indiscutível desde que não tomemos, nós próprios, a iniciativa de limitá-lo a pequenas modificações regimentais. A retomada do processo democrático, depende, em grande parte, da seriedade, independência e firmeza que revelarmos no trato do problema. Não estão em jogo nossos Mandatos, mas a própria instituição. Nesta perspectiva deve colocar-se o Poder Legislativo, propondo ao Executivo o exame da matéria, convencido de que o fortalecimento da instituição é inseparável do compromisso do Presidente da República, de restabelecer a plenitude democrática através de inovações institucionais para as quais estamos ensaiando os primeiros passos.

Assim é que sugiro que se façam algumas considerações e que se façam debates sérios, tanto quanto possível, com a propriedade que a matéria requer, de umas poucas proposições que neste momento, ousar levar à consideração dos srs. Deputados.

(Lendo): “No campo da elaboração orçamentária e da formulação dos planos de Governo pode encontrar a Assembleia área propícia para sua afirmação, quer como co-participante, quer através do exercício da crítica de caráter político”.

Neste momento lembro o recente pronunciamento que o Deputado Cândido Martins de Oliveira fez desta Tribuna alertando para o fato de que no Plano Rodoviário do Estado havia sido omitida uma rodovia da maior repercussão e do maior interesse para vasta região do sudoeste do Estado do Paraná.

É do meu conhecimento que o Governo do Estado do Paraná está elaborando um Plano Global Econômico para o Estado e não me consta que nenhum dos srs. Deputados conheça seu teor ou tenha sido convidado para participar de sua elaboração.

Acredito que estamos vivendo uma era tecnocrática. Não é necessário que a debatamos desta Tribuna porque, como membros de uma classe política, temos consciência das limitações e das falsidades da tecnocracia.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria, inicialmente, de me congratular com V. Exa. pelo brilhante e profundo pronunciamento...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — A conta de sua generosidade.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — ... que está fazendo nesta tarde. Realmente, a sua presença na Tribuna está a valorizar o Poder Legislativo e o pronunciamento que V. Exa. faz, revela ao povo do Paraná, aos seus representantes que aqui estão e aqueles que amanhã tiverem conhecimento de seu discurso, que nem tudo está perdido; que, sobretudo, as novas gerações de políticos deste Estado e deste País, creio tem um rumo seguro na sua conduta como homens públicos e que desejam dar uma participação efetiva no desenvolvimento deste País e que as dificuldades porventura surgidas e existentes são encaradas como desafio por uma geração que tem compromissos conhece seus compromissos e deseja, acima de tudo, cumpri-los.

V. Exa. aborda, com muita profundidade o papel do Poder Legislativo no momento político que vivemos neste País.

Muito me honra em tê-lo como companheiro de Bancada da Aliança Renovadora Nacional porque, desde que tomei assento à minha cadeira de Deputado nesta Assembleia, permitam-me V. Exa. que revele que este é o discurso mais sério, mais profundo, sem contestações e sem demagogia que

estamos ouvindo abordando um problema sério com a seriedade que ele merece. Tenho certeza que as suas palavras encontrarão eco no Plenário desta Casa, no Governo do Estado, sobretudo quando V. Exa. se refere à participação dos representantes do povo na elaboração dos planos governamentais. Não esqueço, como os Deputados da ARENA não devem ter esquecido da primeira reunião que tivemos com Sua Excelência o Governador Pedro Viriato Parigot de Souza no Palácio do Governo, onde Sua Excelência colocava para nós outros o seu pensamento com relação à participação da classe política, no seu Governo; entretanto, fatos conhecidos por todos e que não vem ao caso considerar, transformaram de certa forma os desejos e a vontade do Chefe do Poder Executivo na forma de conduzir o encaminhamento dos problemas, e cabe a nós, Deputados da ARENA ou do MDB, compreender o momento que vivemos no Estado e participar de acordo com o momento que vivemos, para minorar os problemas que temos, e conquistar dentro deste momento uma participação mais efetiva. Tenho certeza de que se aqui estivesse o líder da nossa Bancada, Deputado João Mansur, ele teria maior autoridade para dialogar com V. Exa. e inclusive se incumbir de uma reivindicação junto ao Poder Executivo, da participação de V. Exa. e dos Deputados que desejassem participar na montagem, na elaboração e no estudo dos planos a que V. Exa. se referiu. Estou totalmente solidário com V. Exa. nas suas populações com respeito às teses e nos casos específicos de participação desta Assembleia junto ao Poder Executivo, para encontrar soluções aos problemas mais graves que afligem o nosso Estado e o nosso País. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço extremamente ao nobre Deputado pelo aparte que realizou neste momento, e devo dizer que é altamente gratificante e infunde novo entusiasmo saber que V. Exa., com o brilhantismo que sempre o caracterizou, também está afinado em torno do mesmo tema e do objetivo que é o de revitalizar e revalorizar esta Assembleia Legislativa.

Muito grato a V. Exa.

Assim é que proponho: (Lê) “a) execução da reforma administrativa pela racionalização dos seus serviços e pela modernização de seus instrumentos, a fim de se atingir uma melhoria qualitativa de seus trabalhos e maior eficiência no preenchimento de suas atribuições, designando-se uma Comissão Especial bipartidária;

b) organização de amplo serviço de documentação e de informação, habilitado a suprir os membros do Poder com um fluxo de informações dotado da necessária rapidez e dinamismo, atribuindo-se a outra Comissão Especial, também bipartidária, o encargo de estudar o problema em detalhes, a fim de que possam ser adotadas as medidas executivas que se recomendarem;

c) contratação de assessoria especializada, preferentemente com instituições universitárias, a fim de que as Comissões Permanentes e as Especiais possam, proveitosamente, cumprir suas tarefas específicas, habilitando a Assembleia pleno exercício de controle político que lhe está afeto;

d) instituição de um sistema operacional para divulgação dos trabalhos deste Poder e acerca da sua importância democrática mediante a transmissão de debates, cursos e seminários, designando-se, para essa fim Comissão Especial que proponha medidas concretas e trace um programa para tal.

II — QUANTO AS FUNÇÕES

a) co-participação no processo de elaboração legislativa: examinar junto ao Poder Executivo, a instituição de um mecanismo através do qual o exame de algumas matérias, por sua relevância, seja submetido a pré-discussão formal entre os dois Partidos como por exemplo o orçamento, os planos estaduais, outros assuntos de ampla repercussão na vida estadual;

— instituir um mecanismo que assegure um constante fluxo de informações sobre a implantação das políticas governamentais, habilitando o Poder Legislativo a um exame objetivo das modificações legislativas necessárias para corrigir ou retificar caminhos.

— elaborar as leis complementares previstas na Constituição.

— utilizar, com desembaraço, mediante regulamentação adequada, o instituto das Relações, quer das Comissões Especiais ou Permanentes, quer do Plenário, as quais, embora sem força executiva, exprimirão o ponto de vista da instituição, de modo a, certamente, pesar sobre o comportamento do Poder Executivo;

c) participação nas tarefas de fiscalização da gestão financeira:

— disciplinar o exercício dessa atribuição mediante articulação com o Tribunal de Contas e com o Poder Executivo, a fim de que possa acompanhar e o seu controle interno e externo exercendo o seu dever de fiscalização;

d) fiscalização sobre os atos gerais do governo.

— instrumentar essa sua atribuição constitucional, de comum acordo com o Executivo, sem o propósito de embargar os seus passos, mas no de dispor de elementos que permitam avaliar sua eficácia, a fim de que se habilite a propor medidas corretivas que se fizerem necessárias.

e) centro de debate dos grandes temas estaduais.

— organizar os trabalhos do Poder Legislativo de maneira a que possa se transformar no eco das inquietudes e esperanças populares pelo exame objetivo dos seus problemas como expressão mesma dos interesses diversificados que os seus membros representam, com apoio assessoramento e informações que constituam a base para o corrente desempenho desta função, cujo conteúdo político é manifesto e não pode ser minimizado por um exagero tecnicista inteiramente descabido.

O sr. Nivaldo Kruger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa. com o mais vivo interesse. Quero dizer, inicialmente, ao Deputado que é confortante para nós nos dias em que vivemos, verificarmos que nem todos se acomodam. Que nem todos se subordinam e aceitam as coisas postas, maquinadas e impostas. O que V. Exa. fez hoje é exatamente isto, é o desejo, como disse V. Exa. de ação e participação. Agir e participar eis o que nos mantém aqui, eis o que nos traz, o que nos trouxe para esta Assembleia, o desejo de agir e de participar, mas aqui chegando todos nós fomos surpreendidos aqueles de primeira legislatura, com o avassalante condicionamento a que todos nós ficamos subordinados, devido de certa forma àquela inadequação que V. Exa. analisa com muita propriedade neste seu pronunciamento neste instante à inadequação deste Poder à realidade vigente. A Constituição de 69 tirou do Legislativo a iniciativa de alguns pontos fundamentais do processo legislativo, passando a iniciativa de muitas leis ao Executivo. Daí mais um aspecto que V. Exa. analisa com grande propriedade, é o monopólio do Poder Político exercido pelo Executivo, a necessidade do sociólogo, do estudioso das ciências políticas, da evolução da sociedade moderna de analisar todos estes fatos para que haja equilíbrio no sistema. Estou de pleno acordo com V. Exa. Acho, e no nosso primeiro pronunciamento, feito com modéstia desta

tribuna, já manifestávamos este pensamento que é urgente a necessidade da valorização do Poder Legislativo. E hoje V. Exa. traz a mim pessoalmente, porque o pensamento do nosso partido já foi expresso através do Deputado Sebastião Rodrigues, com o que concordo plenamente, traz a mim pessoalmente, repito grande conforto, porque eu vejo que nem todos estão acomodados nem todos estão subordinados, nem todos aceitam correr como carneiros a pular sob a vara, que já não existe mais para agradar a quem determina as coisas. Ou a necessidade de uma tomada de posições se impõe nos Legislativos do Brasil, ou então nós temos que admitir a necessidade de fechamento dos legislativos. Porque eles não passam de departamentos de governo, para ratificar atos do Executivo, pura e simplesmente. E isso causa uma tristeza profunda no homem que tem consciência do direito, de liberdade e da democracia. Anarquiza com a personalidade do homem, entristece, cabotiza o homem que ainda acredita em valores superiores. Vejo com grande alegria o pronunciamento de V. Exa. e a esperança é a grande mola propulsora da humanidade. Eu, que estava desesperado há poucos instantes, ouvindo o pronunciamento de V. Exa. encontro alguma esperança. Porque francamente, sr. Deputado, eu tenho voltado entristecido para minha região e tenho evitado contato com os companheiros que pensam porque não há o que dizer a eles.

A evidência do processo político, é a necessidade do apoio ao Executivo, mas que nunca se confunda apoio com subordinação. E hoje, com alegria, ouvi o pronunciamento do deputado Cândido Martins de Oliveira um pronunciamento viril, crítico, de um homem da situação. Isto dá ao Poder Legislativo uma nova perspectiva, porque do contrário será transformado numa casa de "amém eleição". Assim, é necessário que não se confunda como diz V. Exa., a necessidade de apoio com subordinação. Porque nós também, homens de oposição, apoiamos o Governo, fazemos parte da bancada da situação mas não aceitamos nunca a subordinação do Poder, o desprezo do Poder a alienação ao Poder, porque se isto acontecer então haverá necessidade do fechamento das Assembleias em todo o País.

Meus parabéns ao pronunciamento que V. Exa. está concluindo da Tribuna, aliás não esperávamos outra coisa, dado ao conhecimento e à capacidade intelectual e moral de V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte do nobre Deputado Nivaldo Kruger e credito a sua intervenção também a sua proverbial generosidade.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ouvi com bastante atenção aquilo que propõe V. Exa. que acredito seja uma reforma estrutural do Poder Legislativo. De pleno acordo estou com as suas idéias e coloco acima desta reforma estrutural, a reforma de posições dos políticos brasileiros. Esta reforma deve partir inicialmente de cada um de nós. Quero antecipar que não me refiro a ninguém individualmente generalizando esta afirmativa a classe política brasileira que está acovardada. E isto provoca a sua falência, o seu suicídio. Mesmo quando o sistema procura a mesquinha-la ela contribui com louvações, com aplausos, dizendo "amém". E não só na bancada da situação lamentavelmente, mas até mesmo no nosso Partido, o Partido da oposição; as louvações, as flores que procuram jogar no enterro da esperança de uma democracia encontram eco até mesmo em elementos da Bancada do MDB, como no Estado da Bahia onde 4 vereadores emedebistas, aplaudiram a idéia de eleições indiretas. E esta a reforma que deve existir antes de tudo; a reforma de atitude; a reforma de posição. Não podemos nos acovardar e nem estamos nos acovardando. Talvez nem mesmo o partido de oposição esteja cumprindo realmente com as suas atribuições. Talvez estejamos também nós nesse desestímulo, nesta frustração, contribuindo a cada dia, para que se asfixie ainda mais o poder político neste País. Por isso nobre Deputado, a par das brilhantes idéias expostas por V. Exa. no sentido de uma reestruturação do Poder Legislativo, partindo da base, todos nós devemos nos preocupar com a reforma de posição, com a nossa independência. Nas definições que temos em filosofia e em política. Se assim agirmos, todos nós, independentemente de facções ou de partidos estaremos contribuindo gigantesca e para o fortalecimento do poder político e sobre tudo, para a valorização do Poder Legislativo que integramos.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Ilustre Deputado Alvaro Dias, a sua atenção é...

O sr. Mauricio Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Luiz Roberto Soares, a exemplo de todos aqueles que o apartearam na tarde de hoje, ouvimos o seu pronunciamento e reputando-o como brilhante e de grande profundidade.

Há alguns dias Carlos Chagas publicava no "Estado de São Paulo", uma análise do quadro político nacional e afirmava taxativamente que os políticos da ARENA e do MDB, empenhados numa pugna futebolística, suando a camisa, lutando pelas suas cores esforçando-se durante 90 minutos, infelizmente não conseguiram conquistar nenhum tento. Justamente por que a classe popular como bem citou V. Exa. está jogando sem bola; ninguém faz gol. O político do Legislativo, que há muito foi perdendo as suas prerrogativas e que está infelizmente, até mesmo marginalizado do quadro político nacional; a política não está mais sendo praticada pelo político. Os políticos atuam sem qualquer condição de atingir os seus objetivos. Por esta razão, após feita esta análise por V. Exa., as medidas propostas, acreditamos que servirão de estímulo a todos aqui nesta Casa e mostrarão ao Paraná e também ao Brasil a necessidade de uma reação do Poder Legislativo, reação esta que V. Exa. propõe como uma série de medidas preliminares e que temos certeza, após atingidas, servirão de mais um passo; será mais um degrau conquistado e dentro de pouco tempo, estará restabelecida em todo o território brasileiro a verdadeira Democracia aquela em que acreditamos e em virtude da qual estamos aqui nesta Casa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte do Deputado Mauricio Fruct, que assim abrilhantou ainda mais todos os outros apartes, com relação ao tema que interessa individualmente a cada um dos Deputados.

Para concluir devo dizer que a salvação do Poder Legislativo, ou pelo menos a revitalização deste Poder Legislativo depende basicamente de cada um de nós.

Compreendo e concordo com o que disse em aparte anterior o Deputado Sebastião Rodrigues, de que nós é que temos que conquistar a nossa grandeza; ela não nos será concedida.

O sr. Antonio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte (Assentimento).

Ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, hoje é um dia bastante significativo para a história do Legislativo paranaense — a presença de V. Exa. na

Tribuna e os apartes que aqui se fizeram ouvir, notadamente do Deputado Alvaro Dias, justamente dos Deputados mais jovens da Assembleia Legislativa do Paraná, me enchem de satisfação. Professor acostumado a lidar com a juventude, eleito vereador ainda nos meus 22 anos parece que me reencontro com os jovens de meu tempo. Já um pouco cansado, com os cabelos branqueando, um tanto desiludido, renasce uma esperança. Sentia justamente esta frustração porque a juventude, para mim não é questão física. Há jovens de vinte anos que parecem mais velhos do que um sexagenário. No entanto encontramos homens de sessenta e até de setenta anos que são tão jovens como aqueles que se dizem jovens. V. Exa. o Deputado Alvaro Dias e o Deputado Cândido Martins de Oliveira são três jovens fisicamente, espiritualmente e de idéias novas. O que muita gente não entende ainda, srs. Deputados, é que vivemos tempos novos e, para isto precisamos de idéias novas. Não adianta tirar um Deputado velho e colocar um novo se este vier com idéias tão velhas quanto as daquele que aqui esteve por vinte anos. Precisamos de idéias novas e V. Exa. o Deputado Alvaro Dias e o Deputado Cândido Martins de Oliveira trazem idéias novas. E isto é que me alegro, como homem de filosofia que sou, como homem de formação sociológica que sou. Todos são concordes numa coisa. Não podemos proclamar a importância, a necessidade de valorizar o Legislativo esperando que o Executivo venha nos valorizar. Nós é que devemos valorizar e isto estamos todos concordes. Cada um dos membros desta Casa deve valorizá-la, como uma família ainda, pai, esposa, filhos, netos. Não são os vizinhos nem o Prefeito que valorizam a família. Portanto, nós é que temos que valorizar o Legislativo. Mas não se pode valorizar um Legislativo quando falha a própria composição das Comissões Técnicas cuja tarefa o nome já anuncia e cuja função não é apenas dar parecer a projetos, mas ir de encontro às aspirações populares, apresentando medidas e planos. Quando na composição destas Comissões não são aproveitados os elementos mais adequados, como por exemplo, quando temos nesta Casa um Deputado professor de português e que não faz parte da Comissão de Redação. Outro Deputado, professor de Contabilidade Pública, que é a ciência que diz respeito ao Poder público e que não faz parte da Comissão de Tomada de Contas ou de Orçamento. Portanto, não estamos nos valorizando.

Quando queremos organizar um time de futebol para enfrentar o estrangeiro, queremos o Tostão, queremos o Pelé, independente de qualquer coisa com essas pessoas.

Entretanto, quando queremos representar o Poder Legislativo, nós devemos procurar aquele que possa dar o valor integral ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, porque quando alguém perguntar: "quem é esse homem? o que ele representa?", nós poderemos dizer, com todo orgulho: "esse é o representante da Assembleia Legislativa do Paraná, é o representante do povo do Paraná".

Mas, sr. Deputado, quero parabenizar-me com as palavras, com as idéias que V. Exa. prega neste instante; pela preocupação de V. Exa. como Deputado jovem, na sua primeira legislatura poderia ficar pensando somente em poder político, em novas eleições, no entanto V. Exa. se preocupa com a valorização deste Poder.

Isso nos anima muito parabéns, Deputado Luiz Roberto Soares. E vamos juntos, todos aqueles que se julgarem moços, independente de idade caminhar juntos em busca do futuro da pátria brasileira.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte do nobre Deputado Antonio Lopes Junior, que é altamente estimulante para mim. E é com satisfação que registro a consonância de nossas idéias com relação ao problema que, neste instante estou agitando, desta Tribuna.

Apenas, conclusivamente, quero lembrar uma frase do filósofo Emmanuel Mounier, que dizia: "Cada um tem o acontecimento que merece".

Quero lembrar apenas este Legislativo vai fugir à regra.

Era só, sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)....

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Belinati, segundo orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estando prestes a se esgotar o tempo normal do Grande Expediente, falaremos nesses minutos derradeiros a respeito de um assunto que nos comoveu profundamente e que pudemos ver por ocasião de nossa estada, juntamente com companheiros desta Casa, nas convenções da ARENA e MDB, em Brasília.

Lemos, num jornal de circulação nacional, uma manchete estampada em sua primeira página relatando, para tristeza nossa, uma grave acusação levantada, pela imprensa internacional, contra o Governo de um país que está tão próximo de Curitiba quanto o próprio Rio de Janeiro, quase que em distância igual. Uma acusação da imprensa internacional contra o governo do general Alfredo Stroessner, do Paraguai, que está sendo acusado de acobertar a ação de vários generais do Exército do Paraguai envolvidos no tráfico de entorpecente, no tráfico de drogas que têm destruído grande parte de nossa juventude, que têm causado sérios riscos para a formação moral de nossa juventude, não apenas no Brasil, como em várias partes do mundo.

Notamos o cuidado com que as nossas autoridades têm tratado a repressão ao tráfico de drogas e entorpecentes, porque o número de viciados é violento. Apenas em Curitiba existem cerca de 6 mil jovens viciados. Se fôssemos partir para o tratamento dessa mocidade, para a recuperação daqueles que já estão sendo tragados pela violência desse vício maldito, se reunirmos todos os hospitais de Curitiba, todos os leitos hospitalares, nós veríamos que em Curitiba, nesta grande metrópole, não temos sequer dois mil leitos em todos os hospitais de nossa Capital, enquanto que o número de viciados é superior a 6 mil.

Nos Estados Unidos, mais de 50 mil jovens estão morrendo anualmente, consumidos pelo vício da droga, do entorpecente e maconha. Com essa rápida análise, nós nos lembramos neste momento de uma reportagem muito delicada publicada no jornal "Domingo Ilustrado", de uma moça de 15 anos, uma moça norte-americana, que nos bancos escolares, ainda com sua inocência, passou, levada por outros jovens, a ser também uma viciada e um dia, depois de passar por hospitais de recuperação, acabou tendo uma rova crise, consumindo uma forte dose de entorpecentes e foi encontrada morta. Deixou um diário, que pôde retratar o sofrimento que os jovens encontram, às vezes lutando, pedindo a Deus para se libertar do vício. Mas nem todos conseguem voltar ao mundo natural, nem todos conseguem voltar a admirar as belezas do nosso mundo. E quando nós vemos uma acusação tão séria, tão grave, contra um País tão próximo do Brasil, um País que faz divisas com o Brasil, essa acusação na imprensa mundial é de preocupar também os pais de família, é de preocupar o Brasil, porque vemos o esforço concentrado para se repelir o tráfico de entorpecentes, mas jamais se conseguirá um êxito total, sem que haja cooperação, sobre

tudo daqueles homens que são autoridades, altas patentes militares, homens inteligentes, que deveriam usar sua inteligência para o bem comum de nossa juventude, do nosso povo.

Quando há um jovem viciado, não é apenas ele que está sofrendo mas é o amigo, o parente, em especial e em particular o pai e a mãe talvez o pai seja o que mais sofre com um filho que se torna viciado.

Assim, sr. Presidente, finalizando o nosso pronunciamento queremos paten-tear também a nossa preocupação pelo descaso do Governo do Paraguai, que não tem compreendido o quanto é perigoso da malignidade do vício, do entorpecente e propiciando até mesmo que patentes militares do Paraguai sejam os principais responsáveis por esse perigoso comércio que vem matan-do jovens, não só do Brasil, mas de todas as partes do mundo.

A nossa crítica e a nossa esperança de que possa aquele Governo com-preender que há necessidade, partindo do espírito cristão, de banir da-quele Governo os que estão entregues a este comércio rendoso, mas que não deixa de ser um comércio maldito para nossa juventude. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lo-pes Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constan-te do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Irá à Comissão de Cons-tituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, confor-me avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211-71, de autoria do Dep. Emí-lío Carazzai, que eleva o "Quantum" da pensão mensal assegurada às viú-vas dos Deputados Estaduais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com Substitutivo, em regime de urgência. — Aprovado.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — (Pela ordem). — Sr. Presi-dente, requeiro que seja feita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Depu-tados).

O SR. PRESIDENTE — 27 Srs. Deputados responderam à chamada. Há quorum para a votação.

Em votação a Emenda de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, Emen-da n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 211-71.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, pediria a leitura da referida Emenda, porque não tenho o devido conhecimento da questão, portanto solicito a leitura a fim de votar com conhecimento de causa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Le a Emenda n.º 1):

" E M E N D A N.º 1

Emenda ao Projeto de Lei n.º 211-71.

O Art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

O Art. 1.º — A pensão mensal especial, assegurada à VIÚVA DE DEPU-TADO ESTADUAL, de que tratam a Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1963, Lei 54-63, de 22 de novembro de 1963, Lei n.º 5.155, Art. 2.º, e regulamentada pelo Decreto Legislativo n.º 180-64, de 19 de maio de 1964, fica estabelecida em valor correspondente a parte fixa do subsídio de Deputado Estadual.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1972.

(a) — Wilson Fortes."

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda n.º 1. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 2, de autoria dos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo da Silva e Alvaro Dias; em discussão.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a leitura da Emenda n.º 2.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê a Emenda n.º 2):

" E M E N D A N.º 2

Emenda ao Projeto de Lei n.º 211-71.

Inclua-se onde couber:

Art. — Fica revogado o parágrafo único do artigo 1.º da Lei n.º 4.763, de 5 de novembro de 1963.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1972.

(aa) Quielise Crisóstomo e
Alvaro Dias.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a leitura do Parágrafo a que se refere a Emenda.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o Parágrafo).

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a Emenda n.º 2; em votação. — Rejeitada a Emenda n.º 2.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, para verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda n.º 2 queiram levantar-se. Pediria ao Sr. Secretário que fizesse a contagem da vota-ção dos Srs. Deputados.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, na verificação de votação, a conduta dos Srs. Deputados deve ser inversamente. Portanto, os Srs. Deputados, segundo entendo, que rejeitarem a Emenda, devem permanecer sentados. É a maneira que V. Exa. devia proceder à votação.

O SR. PRESIDENTE — Eu queria avisar. A votação que estávamos pro-cedendo era a votação inversa. E em seguida os que rejeitassem permane-riam sentados. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a Emenda, que votarem favoravelmente, pediria que se levantassem. E pediria ao Secretário fazer a contagem dos que forem votar contra a Emenda.

O SR. ALVARO DIAS — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda n.º 2 que visa revogar o Parágrafo 1.º da Lei em dis-cussão visa corrigir uma injustiça no presente Projeto de Lei. Sr. Presidente, Srs. Deputados, da forma...

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). — Data vênica, Sr. Presidente, eu, com todo o respeito que tenho ao eminente Deputado que está encaminhando a votação, tenho a impressão, impressão não, a certeza que encaminhamento de votação só se faz antes da votação e a mesma já havia sido procedida; era verificação da votação. De modo que é um ato consumado. A Emenda já foi rejeitada. Só cabe ao eminente Deputado pedir a palavra, pela ordem, para dizer, para falar sobre falha do Regimento Interno. Mas, para encaminhamento de votação, não é possível porque a Emenda já foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE — É procedente a questão de ordem do Sr. Paulo Poli.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, apenas para esclarecer que estou de pleno acordo com o Sr. Deputado Paulo Poli. Apenas pedi em virtude de companheiros que solicitavam esclarecimentos. Quero dizer a V. Exa. que a Emenda ainda não foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE — Vou colocá-la novamente, para verificação de vota-ção. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com a Emenda, queiram se levantar. Pediria ao Sr. Deputado fazer a contagem. 16 Srs. Deputados. Ape-nas a Emenda em votação, e agora pediria votação inversa. Os Srs. Deputados que estiverem contra a Emenda queiram levantar-se. Pediria ao Sr. Secretá-rio fazer a contagem.

O SR. PRESIDENTE: — ... Sete Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, com to-do o respeito à Mesa, pediria que fosse posto ainda em votação, uma vez que houve pequena confusão ao anunciar o tipo de votação. Os Srs. Deputados votaram sem saber o que realmente estavam votando.

O SR. PRESIDENTE — Nestas condições, vamos então fazer uma vota-ção mais rápida. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a Emenda n.º 2.

Em votação o Projeto de Lei n.º 211-71 — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo criar no Distrito de Nova Prata, Município de Salto do Lontra, uma Agência de Rendas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-71, de autoria da Co-missão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 87-71, — que aprova Convênio celebrado em outubro de 1970 entre o Estado do Paraná e o Minis-tério da Agricultura, com finalidade de executar o Policiamento e Fiscalização do Trânsito de Plantas "CITRUS", e afins, conforme recomendação do Exe-cutor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Assis-tência, Proteção e Amparo das Meninas Pobres, da cidade de Antonina. Pa-recer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct e outros, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao DOU-TOR GOTTARDO BOTTARELLI. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279-70 de autoria do Dep. Wil-son Fortes, cria o Curso Científico, na cidade de Paraíso do Norte. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 279-70

A. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Curso Científico na cidade de Paraíso do Norte para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

a) Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei visa atender não só os presentes reclamos da mocidade estudantil da prospera cidade de Paraíso do Norte mas colima ir ao encontro das necessidades futuras. Efetivamente, a mobilização da Nação inteira visa preparar os homens de hoje para assumirem com responsabi-lidade os encargos que o amanhã aguarda. Realmente, da cultura maior ou menor, que é efetivamente o alicerce o progresso e a infra estrutura do bem estar, dependerá o bem estar geral das futuras gerações e do mundo. Estribados em tais razões julgamos que o plano merecerá a aprovação dos nobres pares, pois é com a educação, com o ensino, que abriremos as portas da promoção humana, ofertando instrumentos aptos e eficazes para esta geração, que nos há de suceder.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 279-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria o Curso Científico na cidade de Paraíso do Norte.

P A R E C E R

No Projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temus que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quan-to possível da rede de ensino em todos os seus graus — razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meri-tórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade de um novo esta-belecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabele-cimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo ci-tamos.

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das Leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — Fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expostos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralelo a esta genética, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observa a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Muggiati Filho

Cândido Martins de Oliveira

Acyr José

Gilberto Carvalho

Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 279-70

O caráter autorizativo que é empregado pelo projeto, não traz nenhuma implicação de ordem financeira, razão pela qual somos pela sua aprovação. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

Paulo Poli

Fuad Nachi

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 279-70

1) A mocidade estudantil não pode estagnar, parar, por falta exclusiva de um curso acima daquele médio, normal no interior.

2) A iniciativa é justa e merece todo o apoio, pois é necessário que a juventude saia sua vontade de saber até o último escalão de estudos.

3) — Desta forma, somos pela aprovação do presente plano de lei, por necessidade da região.

S.M.J. é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 278-71, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 278-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO ECUMÊNICA DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1971.

a) Dep. Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICAÇÃO:

A Entidade em apêço, segundo se verifica da documentação anexa, preenche todos os requisitos legais para ser reconhecida de Utilidade Pública.

O seu teor assistencial está declarado na própria denominação e os cuidados ao excepcional enfatizam essa condição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei n.º 278-71

AUTOR: Dep. Antônio Lopes Júnior

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Entidade que especifica.

P A R E C E R

1) — O nobre Deputado Antônio Lopes Júnior, pretende, com este plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, sediada em Curitiba.

2) — O Projeto está devidamente justificado, bem como instruído com a documentação comprobatória de que a entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que rege a matéria, daí porque nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido Martins de Oliveira — Relator

Paulo Poli

Emílio Carazzai

Maurício Fruet

Ovidio Franzoni

Santos Lima

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Iguaçu, pela inauguração de suas transmissões. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 2-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário da Agricultura e ao Sr. Diretor do Ensino Agrícola, pela maneira eficiente com que têm orientado o setor educacional daquela Pasta. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 231-71, da Ordem do Dia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando dispensa de Redação Final do Projeto de Lei n.º 280-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli e outros, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja suspensa a sessão anterior, solicitando seja suspensa a sessão matinal do dia 29 do corrente, destinando toda a jornada aos trabalhos da Comissão. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado, para atendimento de reivindicações de professores nos Municípios de Pinhão, Inácio Martins e Guarapuava. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando regime de urgência ara o Projeto de Lei n.º 14-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente, solicitando justificação para suas faltas, pois que necessitou permanecer por mais dias em Brasília. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 2, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 56-70, 115-70, 170-70, 14-71, 45-71, 65-71, 95-71, 129-71, 158-71, 203-71, 221-71, 234-71 e 261-71.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA

1a. REUNIAO ORDINARIA

Aos dezoito dias do mes de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Basílio Zanusso apresentou redação final dos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 56-70 — autor o sr. dep. Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a firmar através do D.E.R., convênio com o município de Ortigueira, para os fins que especifica. PROJETO DE LEI N.º 115-70 — autor sr. deputado Luiz R. Malucelli, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 170-70 — autor senhor deputado Abrahão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte, na forma que especifica. PROJETO DE LEI N.º 258-71 — autor senhor deputado Nelson

Buffara, que acresce ao artigo 13, da Lei n. 6.212, de 9-8-71, o parágrafo que especifica. PROJETO DE LEI N. 234-71 — autor Poder Executivo, Mensagem n. 26 e 33-71, abrindo crédito especial de Cr\$ 162.991,90 (cento e sessenta e dois mil e novecentos noventa e hum cruzeiros e noventa centavos), para atendimento de despesas com os festejos da Semana da Pátria. PROJETO DE LEI N. 261-71 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 40-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorização ao Poder Executivo dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 221-71 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 23-71, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado sobre a dotação 71-3-7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Sub-Programa Fomento e Extensão Agropecuária, nas consignações que especifica. PROJETO DE LEI N. 203-71 — autor deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública o Clube dos Doadores de Sangue de Londrina, sediado na cidade do mesmo nome. PROJETO DE LEI N. 158-71 — autor senhor deputado Odilon Reinhardt, que eleva para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão concedida pela Lei n. 168-61, de 11 de setembro de 1.961, à Rosa Dias Teixeira, filha de ex-deputado. PROJETO DE LEI N. 129-71 — autor senhor deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Mandaguáçu. PROJETO DE LEI N. 95-71 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 11-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão do parágrafo que especifica, ao art. 53, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N. 65-71 — autor deputado Maurício Fruct, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga a cidade da Lapa à Gruta do Monge, no mun. do mesmo nome. PROJETO DE LEI N. 45-71 — autor deputado Acyr José, que transfere ao D.E.R., o trecho de rodovia municipal entre o mun. de Mallet e a Barra do Potinga, município de São Mateus do Sul. PROJETO DE LEI N. 14-71 — autor deputado Gilberto Rezende de Carvalho, que através do D.E.R., firma convênio com os municípios de Marumbi e Cambira, para execução de uma ponte sobre o rio Marumbi. PROJETO DE LEI N. 315-70 — autor Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo outorgar a garantia do Estado do Paraná, em financiamento a ser efetivado pela Faculdade de Medicina Norte do Paraná, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 18-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição 78-71 — que aprova o Decreto n. 813, de 29 de setembro de 1.971, que abriu crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos por chuvas de granizo. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 56-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com o Município de Ortigueira, para a execução dos serviços de asfaltamento e obras complementares da via que liga a sede daquele Município à BR-376 (Rodovia do Café), numa extensão de 1.400 mts.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 115-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, situada a rua Coronel Carneiro 679, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 170-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com as Prefeituras Municipais de Flórida e Atalaia, para a construção de uma ponte que ligará os dois municípios, sobre o Rio Pirapó.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 315-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar a garantia do Estado do Paraná, na qualidade de fiador e principal pagador das obrigações constantes do principal, juros, taxas e correção monetária, na operação de financiamento a ser efetivada pelo Hospital de Ensino da Fundação da Universidade Estadual de Londrina, com o Banco Real de Investimento S.A., de São Paulo, para construção e instalação completa de um Hospital de Ensino e Assistência Médica Regional, até a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O aval do financiamento a que alude este artigo poderá ser dado pelo Banco do Estado do Paraná ou pelo Banco do Desenvolvimento do Paraná — BADEF.

Art. 2.º — Nos orçamentos Gerais do Estado constarão dotações orça-

mentárias específicas destinadas à amortização e resgates do financiamento contraído na forma desta Lei, obedecendo os seguintes critérios de distribuição:

- No exercício de 1.975, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais;
- No exercício de 1.976, a importância correspondente a 1/3 (um terço) no valor do financiamento, correspondente a juros e taxas adicionais;
- No exercício de 1.977, a importância correspondente a 1/3 (um terço) do valor do financiamento, acrescida de juros e taxas adicionais.

Parágrafo único — Os Orçamentos Plurianuais de Investimentos previrão valores fixos para amortização e resgate, na forma do contrato de financiamento a ser contraído, devendo os valores serem reajustados na proporção das oscilações cambiais que advirem.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 65-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação, a estrada que liga a sede do Município da Lapa ao local denominado Gruta do Monge, no mesmo Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 95-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica incluído, no Art. 53, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970 — Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná, um parágrafo terceiro, com a redação seguinte:

Parágrafo 3.º — Não haverá expediente aos sábados nos órgãos da Administração direta e indireta do Estado, exceção daqueles que, pela sua natureza especial de segurança, ensino, saúde e imprensa, sejam imprescindíveis à comunidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 129-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, de Mandaguáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 158-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros) a pensão mensal concedida pela Lei n. 168-61, de 11 de setembro de 1.961, a Rosa Dias Teixeira, filha do ex-deputado estadual Gordiano Dias de Almeida Batista.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 203-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Clube dos Doadores de Sangue de Londrina, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72

aa) CANDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSE e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 221-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 222.807,00 (duzentos e vinte dois mil, oitocentos e sete cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.175, de 3 de dezembro de 1970, sobre a Dotação 71-3-7-60-05-3, Programa Pesquisa e Experimentação Agropecuária, Subprograma Fomento e Extensão Agropecuária, Unidade Executora Departamento de Extensão e Fomento, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.5.0 — CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	56.415,00
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0 — INVESTIMENTOS	
4.1.3.0 — EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES	166.392,00
Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, de acordo com o art. 43, parágrafo 1.º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, na mesma Dota-	

ção, Programa e Subprograma, nas consignações abaixo:

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.2.0 — MATERIAL DE CONSUMO	54.000,00
3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS	118.807,00
3.1.4.0 — ENCARGOS DIVERSOS	50.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSE e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 234-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o limite de Cr\$ 152.991,90 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e hum cruzeiros e noventa centavos), destinado a atender despesas com os festejos comemorativos da "Semana da Pátria".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSE e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 261-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, com o Banco Nacional de Habitação e a conferir ao referido Banco os poderes para levantar junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 e, na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como saldos dos depósitos bancários suficientes para reponder pelo débito corrigido e demais encargos contratuais, decorrentes dos empréstimos concedidos pelo BNH à COHAPAR.

§ 1.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese de a Companhia de Habitação do Paraná não efetuar no vencimento, os pagamentos das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação e constantes do § 2.º deste artigo.

§ 2.º — A fiança é outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em cumprimento aos contratos já celebrados com o Banco Nacional de Habitação, sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, para implantação, já realizada de conjuntos residenciais populares nos municípios de Londrina, Maringá, Paranavai, Cidade Gaúcha, Nova Londrina, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Telêmaco Borba, Clevelândia, Ponta Grossa e Curitiba.

Art. 2.º — A autorização de que trata esta Lei, é fixada na importância inicial de 310.588,1477 UPC (trezentas e dez mil, quinhentos e oitenta e oito UPC e mil quatrocentos e setenta e sete décimos milésimos de UPC), que corresponde aos valores consignados nas planilhas de retorno, corrigidos monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSE e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 258-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 12, da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1971, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo único — O disposto na parte inicial deste artigo aplica-se aos servidores do D.R.I., aposentados anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSE e ALVARO DIAS — Relatores

REDAÇÃO FINAL DA RESOLUÇÃO N.º 18-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Decreto n.º 813, de 28 de setembro de 1971, que abriu um crédito extraordinário no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para atender os municípios do Centro-Oeste do Estado, atingidos pela chuva de granizo ocorrida a 27 de setembro de 1971, nos termos em que dispõe o inciso XIII, do artigo 47, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-4-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSE e ALVARO DIAS — Relatores

PORTARIAS:

PORTARIA N. 135-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 1976, de 04 de abril de 1972, dêste Poder,

RESOLVE:

designar Novercindo Ribeiro de Lima, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 136-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.710, de 25 de abril de 1972, dêste Poder,

RESOLVE:

conceder a Izaura Lopes da Silva, ora à disposição deste Poder, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 1.º de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 137-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.674, de 24 de abril de 1972, dêste Poder,

RESOLVE:

conceder a Gioacchino Sugamosto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 24 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 138-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2.684, de 24 de abril de 1972, dêste Poder,

RESOLVE:

conceder a Maria Lidia Ratzk, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1971, a partir de 24 de abril de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 139-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos Processos protocolados sob os números 2573-72, 2598-72 e 2584-72, dêste Poder,

RESOLVE:

dispensar a pedido os funcionários Eros Ruppel Abdala, Pedro Alvares dos Santos e Esverben Guimarães Plaisant da Comissão de Inquerito instituída pela Portaria n.º 464-69, de 5 de novembro de 1969.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral